

HABITAR PRAÇAS NO CÉU: O Chão nas Alturas

Antonia Pinheiro Protasio (IC) e Igor Guatelli (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Diante de um chão público enfraquecido, aliado a movimentos de intensa interiorização, virtualização e enclausuramento da vida pública que afligem a sociedade atual, entende-se a importância de uma necessária retomada da presença do mundo físico e coletivo. Ou seja, a recuperação e potencialização de um território dos encontros, da informalidade, de sociabilidades fugazes, imprevistas, um território não dado, capaz de criar uma outra relação entre público-privado, talvez outros modos de existência minoritários. Para tanto, o trabalho investigou outras formas de pensar criticamente o chão da cidade, a partir de processos de apropriação e comunalização de coberturas, cotas alternativas, e por vezes, cotas inventadas – territórios usualmente inacessíveis e interditados – capazes de constituir uma expansão desse chão público perdido e, portanto, uma recuperação de uma hospitalidade. Diante disso, foram analisados projetos arquitetônicos, bem como arquiteturas fruto de situações espontâneas: o Centro Cultural São Paulo (1979), de Eurico Prado Lopes e Luiz Telles; o Jardin Atlantique (1994), em Paris, dos arquitetos paisagistas François Brun, Michel Péna e Christine Péna-Schnitzler; The Podium (2022), inserido em Roterdã pelo escritório holandês MVRDV; e a Laje do Zé Batidão, na Chácara Santana, na periferia de São Paulo, símbolo de um lugar de territorializações espontâneas. A metodologia utilizada partiu de uma revisão bibliográfica e de pesquisas iconográficas dos casos selecionados, a partir de um levantamento, análise crítica e visitas de campo, físicas e/ou virtuais, a fim de perceber melhor as dinâmicas temporais singulares e rotineiras, além das possíveis camadas semânticas que esses lugares foram adquirindo com o tempo.

Palavras-chave: Convivialidade. Comunalização. Hospitalidade.

ABSTRACT

In the face of a weakened public space, combined with movements of intense virtualization and confinement of public life that afflict today's society, the recommencement and potentialization of the presence of the physical and collective world becomes crucial. In other words, the recovery and enhancement of a territory of encounters, informality, of fleeting, unforeseen sociability, a non-given territory, capable of creating another relationship between public and private, perhaps other minority modes of existence. To this end, the research investigated alternative manners of critically thinking about the city's space, based on



processes of appropriation and communalization of rooftops and residual spaces in alternative levels – usually inaccessible territories – capable of constituting an expansion of the weakened public space and a recovery of hospitality. In view of this, architectural projects were analyzed, as well as architecture resulting from spontaneous situations: the São Paulo Cultural Center (1979), by Eurico Prado Lopes and Luiz Telles; the *Jardin Atlantique* (1994), in Paris, by landscape architects François Brun, Michel Péna and Christine Péna-Schnitzler; The Podium (2022), inserted in Rotterdam by the Dutch firm MVRDV; and Laje do Zé Batidão, in Chácara Santana, on the outskirts of São Paulo, symbol of a place of spontaneous territorializations. The methodology used was based on a bibliographic review and iconographic research of the selected cases, based on a critical analysis and field visits, physical and/or virtual, in order to better understand the singular and routine temporal dynamics, in addition to the possible semantic layers that these places have acquired over time.

Keywords: Conviviality. Communalization. Hospitality.

1. INTRODUÇÃO

Estamos ficando sem chão, um chão sobre o qual podemos ficar dignamente, sem estar em dívida ou inseguros. Movimentos migratórios, tragédias ambientais e conflitos armados perpetuam uma errância em escala global. Na escala local, processos violentos de gentrificação urbana, confisco do chão público pelo mercado e pelo Estado, aliado a políticas públicas de uso de calçadas que parecem mais subtraí-las que garantir a hospitalidade da qual deveriam ser um dos vetores da convivialidade e da fruição urbana. Diante desses cenários, o chão tornou-se nosso assunto, um chão que talvez possa ser pensado não apenas a partir do seu lugar natural, o rés-do-chão, mas a partir do seu deslocamento e multiplicação. Um chão público que acontece em outras cotas, em altura, um chão que, faltando ao rés-do-chão, é devolvido noutro lugar, noutra cota. Para tanto, o trabalho investigou outras formas de pensar criticamente o chão da cidade. Debruçou-se sobre o processo de uso de coberturas e cotas alternativas para problematizar e investigar outros processos de sociabilidade, a partir de arquiteturas que recuperam uma hospitalidade ao se estabelecerem como uma expansão e potencialização desse chão público perdido.

Para compreender essa problemática, foram estudados projetos e situações informais diversificados, alguns em contexto nacional e outros em contexto europeu, cada qual com escalas e destinações variadas. Fundamentou-se em arquiteturas com temporalidades distintas: projetos permanentes, que são concebidos como um novo lugar na cidade, bem como situações impermanentes, sejam projetadas, que se aproximam de uma instalação, uma vez que já pressupunham efemeridade, ou espontâneas. Logo, a pesquisa dispõe como objeto duas obras permanentes: o Centro Cultural São Paulo (1979), de Eurico Prado Lopes e Luiz Telles, e o *Jardin Atlantique* (1994), em Paris, dos arquitetos paisagistas François Brun, Michel Péna e Christine Péna-Schnitzler. Como amostra de um projeto impermanente, foi escolhido o *The Podium* (2022), inserido em Roterdã pelo escritório holandês MVRDV. Este, contundente, não é habitual e aparece como um manifesto. Como exemplo de situação espontânea, foi selecionado um lugar símbolo de uma mudança conceitual no território das lajes nas periferias, historicamente lugar de territorializações coletivas, a saber, Laje do Zé Batidão, em São Paulo.

A maneira como as coberturas acontecem na realidade contemporânea é o mote deste trabalho. Pensá-las pressupôs circunscrevê-las em um cenário sócio-político urbano mais amplo. Para tanto, partiu-se de um estudo bibliográfico acerca de um encolhimento do chão público diante dos movimentos de interiorização, virtualização e privatização da vida pública no momento atual do mundo – que será apresentado de forma sintética – e da construção de

um quadro teórico-conceitual, a partir de autores relevantes como Byung-Chul Han, Jacques Derrida, Martin Heidegger, Michel Foucault, Richard Sennett e Stavros Stravides. Como justificativa da seleção de obras e autores referenciais bibliográficos, partiu-se da própria condição existencial de coletividade possibilitada por esses territórios. Com esses distintos cenários, o trabalho buscou abranger uma pluralidade de manifestações, a fim de investigar a maneira como processos de coletivização e compartilhamento podem ser engendrados, agenciados e incorporados à arquitetura, como projetos de sustentação de outros arranjos e condições de outros modos de vida e existências do coletivo na cidade.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

Encolhimento do Chão Público: Um Convite a falar de Hostilidade

Há uma tendência na atualidade, já em curso há algumas décadas – como apontado na década de 1970 por Richard Sennett em *O declínio do homem público* [1977] (2022), e ainda extremamente atual – a uma introversão da vida pública. Esta pode ser entendida a partir de dois momentos fundamentais: primeiro, há as transformações das relações como consequência das tecnologias informacionais, e em um segundo momento, essa tendência é agravada pelas crises sanitárias – por último, pela pandemia do Covid-19, cujo ainda estamos vivendo o rescaldo. Esse rescaldo tem apontado algumas transformações, mesmo que ainda não totalmente nítidas, percebemos alguns sintomas como a domesticação, a condominização e a interiorização do comércio, do lazer e do entretenimento. Tudo isso contribui para um isolamento e um “cansaço”, como discute Byung-Chul Han em sua obra *Sociedade do cansaço* [2015] (2017), que se mostra uma ameaça à coletividade, à comunidade e a qualquer coisa social. Isso reverbera na arquitetura, uma vez que somos condenados a um “espaço público morto, [que] é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado” (SENNETT, 2022, p. 32).

Podemos discutir a sociedade atual pelas calçadas. Em sua obra *Espaço Comum: A Cidade como Obra Coletiva* (2016), Stavros Stavrides explora como o espaço das cidades é simultaneamente moldado pelas práticas coletivas e formador dessas práticas que instituem o comum, desafiando a nossa percepção cotidiana da cidade que habitamos ao distinguir o espaço comum do público e privado, revelando novas formas de vida comunitária. Nesse livro, aborda uma discussão sobre a relação entre o desenho das ruas e das calçadas com formas distintas de sociabilidade. No final do século 18 e início do século 19, as calçadas emergiram como um elemento central do sistema urbano, especialmente durante o governo de Haussmann em Paris. Possivelmente influenciado pela ideologia Saint-Simoniana de conceber a cidade como uma rede, conectada através de uma infraestrutura de mobilidade –

como o sistema circulatório de um corpo humano saudável –, as calçadas foram pensadas para facilitar a circulação de pessoas e distribuição de riquezas. No entanto, ao invés de promover essa fluidez econômica-social, as calçadas emergiram como espaços predominantemente comerciais, como a reprodução de uma lógica social, que se acentua na lógica do consumo. Dessa forma, as calçadas já nascem monetizadas (STAVRIDES, 2016). Na sociedade atual, há uma perturbação da ordem pública: os interesses econômicos ditam as políticas públicas e o espaço público, que é muitas vezes desenhado para – usando expressão de Han – “expulsar o outro”, a anunciar ao outro que aqui não é bem-vindo. Assim, enfrentamos um enfraquecimento do uso do chão público e coletivo na cidade, acelerando uma decadência da esfera pública e uma crescente perda do terceiro território. Atualmente, São Paulo é dominada pela invasão e tomada do espaço público para fins não sociais, não “comuns” (STAVRIDES, 2016). Aquilo [a calçada] que deveria ser hospitaleiro é na realidade financeiro – rastros de uma lógica econômica – e manifesta um grau de hostilidade evidente. Além dos mega-condomínios, as calçadas passaram a ser espaço disponível para tapumes, detritos e máquinas de obras ligadas ao setor da construção civil (Figura 1).

Figura 1: Caçamba de entulhos, no Higienópolis; Figura 2: Estabelecimento com *parklet*, em São Paulo; Figura 3: horta na calçada do *Les Grands Voisins*.



Fonte (Figura 1): Arquivo pessoal, 2023; Fonte (Figura 2): Arquivo pessoal, 2023; Fonte (Figura 3): Igor Guatelli, 2019.

Além disso, vemos exemplos de um mobiliário urbano nas calçadas que já nasce enfraquecido. Os *parklets* (Figura 2), muito populares, não deixam de ser um confisco do chão público, pois embora tome o lugar do automóvel e dê ao pedestre, é necessário consumir do estabelecimento para poder usufruir dessa suposta expansão da calçada. Ao introduzir a coletivização, é logo pervertido, nasce capturado pela lógica do consumo – como uma ruína arruinante, que usufrui da cidade, mas não devolve nada, ao contrário, à nega. Ademais, embora as mesas na calçada (Figura 2) podem fomentar a vida urbana ao nível dos olhos, esse uso deve se limitar à projeção do lote. Quando isso não ocorre, acabam por obstruir a área destinada ao passeio e ao uso público, caracterizando uma apropriação indevida do espaço público. Na fotografia, observa-se que a passagem se encontra completamente obstruída. Em contrapartida, em frente ao *Les Grands Voisins* (Figura 3), em Paris, pequenas estruturas de madeira com hortas coletivas foram inseridas em volta das árvores. Estas ocupavam a calçada, mas de forma solidária – um ato de generosidade com a cidade e com

eles mesmos, e além do mais, protege a árvore. Esse exemplo serve para ilustrar que o *parklet* – o que diz ampliar – na realidade, amplia erodindo. Trata-se de uma ação mercadológica, com viés econômico, em contraposição com uma ação de viés social. O que erode amplia, o que amplia erode.

E da Recuperação de uma Hospitalidade a partir da Arquitetura

Portanto, na sociedade atual, para Byung-Chul Han ou Richard Sennett, balizada pelo *declínio do homem público*, com espaços públicos e coletivos crescentemente confiscados por um “mundo-condomínio”, discutido por Teresa Caldeira, sobrevém um outro questionamento: Como a arquitetura pode recuperar uma hospitalidade, atuando como um ator rede que costura relações entre agentes e forma alianças horizontais? Seria possível que um “chão nas alturas” – um território não dado, do comum, como discutido por Stavrides –, fruto de micro-lógicas transformadoras, altere as lógicas dominantes e crie novas relações entre o público e o privado, sustentando novas formas de existência do coletivo na cidade e promovendo uma reconexão do sujeito com o espaço e o outro?

Antecedentes Recentes: A Cobertura como Espaço Habitável

No século XX, o renomado arquiteto franco-suíço Le Corbusier introduz em sua arquitetura o terraço jardim como um de seus cinco pontos para a nova arquitetura moderna, propondo a ocupação efetiva das coberturas como terraços habitáveis, uma devolução do chão que o edifício toma. Na década de 1920 – nova era da máquina –, Le Corbusier projeta a Villa Savoye, uma residência nos arredores de Paris, construída entre 1928 e 1931 – uma expressão literal da nova arquitetura moderna. A casa é distribuída em três pavimentos, ligados por rampas que articulam o conceito da promenade arquitetônica: o térreo, em pilotis, concentra a garagem e áreas de serviço; o primeiro andar organiza as áreas privativas; e na cobertura, o solarium como “grand finale” da promenade arquitetônica, sem uso pré-determinado, compõe o espaço de lazer e contemplação, delimitado por paredes curvas que protegiam contra o vento (MACIEL, 2002).

Figura 4: Crianças brincando na cobertura do *Unité d’Habitation* em 1958.



Fonte: Architectuul. Disponível em: <https://architectuul.com/architecture/lunite-dhabitation-marseille>.
Acesso em: 29 jun, 2024.

Posteriormente, na década de 1950, Le Corbusier concebeu o edifício *Unité d'Habitation*, em Marselha, uma tese por si próprio. Em um contexto de devastação após a Segunda Guerra Mundial, a França enfrentava um grave *déficit* habitacional. O edifício foi projetado visando soluções para as questões emergenciais da época, providenciando habitação acessível. Le Corbusier partiu de seu conceito “máquina para morar”, criando uma comunidade vertical independente, com apartamentos, comércio e espaços coletivos em uma única estrutura, essencialmente, “uma cidade dentro da cidade”. Concebida como um espaço coletivo ao ar livre, a cobertura foi idealizada para que os moradores pudessem se reunir, socializar e desfrutar das vistas panorâmicas da paisagem – com piscinas, playground, ginásio, pista de corrida, creche, morros artificiais e um pequeno teatro. A cobertura da *Unité d'Habitation* foi um desvio significativo dos edifícios residenciais tradicionais, que normalmente não incluíam espaços coletivos. Evidentemente, o potencial de espaço para uso coletivo nas coberturas não é de forma alguma uma descoberta nova. Ao longo do século XX, houve experiências de coletivização desses territórios, principalmente por Le Corbusier e, mais recentemente, pelo MVRDV. Apesar dessas iniciativas, a cobertura nunca foi, em escala, reconhecida como espaço de sociabilidade, permanecendo sempre uma iniciativa individual e à parte.

Apropriações Informais: A Construção do Comum

Festas na laje, lugar para tomar sol, para soltar pipas, também para abrigar caixas d'água e varais – espaços informais e improvisados compõem o território das lajes na estética das favelas nas periferias das cidades brasileiras. Uma laje, por definição, é um elemento contínuo, normalmente de concreto armado, que compõe o teto ou piso em uma construção, protege o abrigo do sol e da chuva. Embora seja possível definir e comunicar os aspectos técnicos, qualquer definição será incapaz de perceber e transmitir sua multiplicidade de formas e sentidos — será imperiosamente uma ação reducionista. Consoante ao pensamento de Heidegger, se o entendimento do papel da laje se atém a laje como *ente*, certamente nos escapará seus sentidos de realização, como *ser*, ou seja, a complexidade de como essa pode acontecer no mundo em sua multidimensionalidade.

Figura 5: Crianças soltando pipas no topo de uma laje na periferia do Rio de Janeiro.



Fonte: Desenho de autoria própria a partir de imagem de Bruno Itan.

Em *Epistemologia da laje* (2018), Bianca Freire-Medeiros e Leo Name abordam uma profunda discussão do que é esse território das lajes de unidades unifamiliares e multifamiliares ou comerciais – espaços privados – dentro das periferias de alta densidade populacional. Essas lajes em discussão revelam formas inusuais de habitar que questionam os limites do público e privado. Medeiros e Name destacam uma pluralidade de situações de transformação das lajes, desde as mais pragmáticas – como em “ruas suspensas”, sobre e entre as lajes, para o transporte de objetos grandes – até apropriações invulgares: “As lajes transformam-se, ainda com mais frequência, nos extremos de pontes invisíveis e precárias quando as crianças – sobretudo os meninos – perseguem suas pipas pulando com rapidez entre lajes não necessariamente contíguas” (MEDEIROS; NAME, 2018, p. 160). Diante disso, surge a questão: “Quando percorridas assim, as lajes são casa ou rua, privadas ou públicas?” (MEDEIROS; NAME, 2018, p. 160). A laje se transmuta em espaço para a brincadeira, para festejar, para os jogos de rua – ela faz papel de chão público, às alturas. Por um lado, a laje é espaço privado, e por outro, sua coletivização e mobilização a transforma em espaço público e/ou coletivo: a metamorfose da laje.

Figura 6: Cinema na Laje, bar do Zé Batidão, em São Paulo.



Fonte: Sergio Vaz. Disponível em: https://web.facebook.com/poetasergio.vaz2?locale=pt_BR. Acesso em: 23 mai, 2024.

Um caso considerável é a laje do boteco do Zé Batidão, numa esquina na Chácara Santana, na periferia de São Paulo, que passou a ser conhecido por ser um ponto cultural da região. Quinzenalmente, promovia o Cinema na Laje, um espaço criado pela Cooperifa –

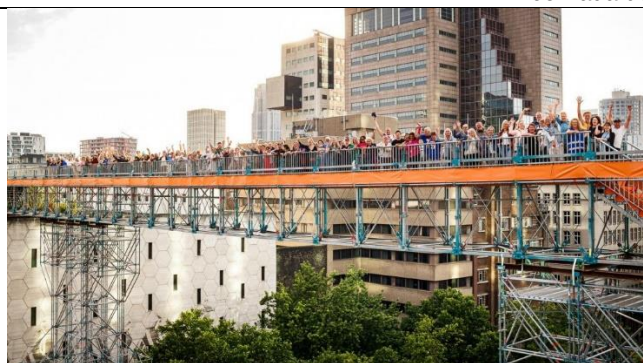
organização que fomenta atividades culturais na periferia de São Paulo – e que durante sua existência, ofereceu exibição gratuita de curtas-metragens alternativas. A laje é um dispositivo que se abre à sua própria transmutação e à comunalização, à um estar junto com o outro, e para que haja isso, esse estar-junto, o proprietário oferece um pedaço do que lhe pertence ao outro, momentaneamente. Esse convite ao outro é um ato de generosidade – uma inversão ao enclausuramento da sociedade atual, ao desaparecimento do outro, abordado por Han em sua obra *A Expulsão do Outro* (2022). No Cinema na Laje, a mais do que se abrir, na laje instala-se uma infraestrutura própria para a aglutinação.

Há uma simultaneidade espacial e temporal, pois é um lugar dentro de um lugar universal, mas fora-de-lugar, com lógica própria – uma “heterotopia”, conceito discutido por Foucault, presente no texto *de outros espaços* (2013). A “heterotopia” explora a lógica de lugares aparentemente irreduzíveis um ao outro, mas que se sobrepõem e convivem apartados. Um processo de apropriação da laje de um boteco de esquina, é capaz de reestruturá-lo, torná-lo um espaço de convivialidade, mesmo que temporariamente. É uma “heterocronia”, uma heterotopia no tempo, um evento, naquele instante, aparece e desaparece. Cria-se um outro tempo dentro de um tempo normal, um tempo singular no tempo da rotina – como a festa, muito discutida por Foucault. Diante disso, fica evidente o fator de mutabilidade da laje, que é passível dessa recodificação.

Medeiros e Name propõe um “deslocamento epistêmico” a partir da noção da laje como “elemento central de um projeto”, provocando uma reflexão sobre as limitações do campo da arquitetura formal. Diante disso, surge a questão: Aquilo que ocorre espontaneamente pode ser fruto de uma arquitetura projetada? Apesar da hegemonia de códigos impostos a respeito de como se deve projetar, a realidade sempre se mostrou mais complexa, diversa e multidimensional. O projeto de arquitetura, porém, quando adere aos pressupostos estritamente técnicos e racionais, cria desenhos “hierárquicos e heterônomos”, formando espaços imutáveis com funções previamente definidas (como uma máquina): “uma cegueira epistêmica que impede que demandas culturalmente informadas e singularidades sejam atendidas por arranjos espaciais mais interessantes e complexos” (MEDEIROS; NAME, 2018, p. 163). As arquiteturas ultra desenhadas, por sua vez, eliminam, das formas de habitar, o fator da mutabilidade. Em contrapartida, a laje do Zé Batidão, não desenhada, permitem “modificações, adaptações e acréscimos exigidos pelo tempo e pelo uso cotidiano dos espaços: os chamados puxadinhos, característicos da autoconstrução e necessários à existência de cada grupo que habita cada edificação” (MEDEIROS; NAME, 2018, p. 163).

MVRDV: Manifesto

Figura 7: Rotterdam Rooftop Walk.



Fonte: Fred Ernst. Disponível em:
<https://rotterdamarchitectuurmaand.nl/en/2022/06/29/rotterdam-architecture-month-captured-in-images/>. Acesso em: 14 jul, 2024.

Em 2021, foi publicado o *Rooftop Catalogue*, trabalho em que o escritório holandês MVRDV levanta a questão dos *rooftops*, recuperando uma série de situações no campo da arquitetura e do urbanismo envolvendo uma discussão sobre território público e coletivo a partir de territórios normalmente pouco ou não utilizados. Estes são considerados por eles espaços residuais, e, portanto, passíveis de ocupações, apropriações e novas destinações, podendo “tornar a cidade mais habitável e inclusiva” (MAAS, 2021). Nessa obra, o escritório atravessa séculos, resgatando uma história sobre este lugar pouco participativo das dinâmicas sociais urbanas. O levantamento revelou que em Roterdã há 18,5km² de superfície inutilizada nas coberturas dos edifícios. Ou seja, trata-se de um patrimônio material já construído, mas que poderia ser mais bem aproveitado e apropriado. O catálogo apresenta 130 soluções inusitadas para a utilização das coberturas, para enfrentar diversas questões ambientais e sociais. Nessa obra, o MVRDV traz de volta, à luz da contemporaneidade no século 21, o conceito Corbusiano do terraço jardim como um manifesto político, social, ambiental-urbano, defendendo um retorno das coberturas coletivas. O próprio escritório, de uma década para cá, tem concebido projetos efêmeros envolvendo ocupações de coberturas como chamamento público e, eventualmente, sua transformação em políticas públicas.

No início de 2022, o *Rotterdam Rooftop Walk*, uma extensa passarela laranja à 30 metros de altura (Figura 7), complementou o *Rotterdam Rooftop Days*, festival anual promovido por uma organização cultural em Roterdã, onde as coberturas de mais de 65 edifícios são tomadas por visitantes, artistas e músicos. A organização visa explorar o potencial do “*roofscape*”, paisagem das coberturas, em um esforço de enfrentar uma falta crítica de espaço no nível do solo da cidade, juntamente com os desafios da densificação urbana e da necessidade de espaços públicos de alta qualidade. Essa visão compreende a paisagem das coberturas como uma reiteração e uma expansão do chão da cidade, proporcionando espaço para interpretações urbanas alternativas, sem a necessidade de demolir ou afastar o indesejado, mas simplesmente ocupar o espaço residual; espaço que agora está interdito devido a sistemas e formas de pensar ultrapassados.



Figura 8: *The Podium*, “coração do festival” de arquitetura.



Fonte: Fred Ernst. Disponível em:

<https://rotterdamarchitectuurmaand.nl/en/2022/06/29/rotterdam-architecture-month-captured-in-images/>. Acesso em: 14 jul, 2024.

O escritório denuncia essa questão no *The Podium* (2022), uma instalação efêmera que atuava como uma praça de 600m², a 29 metros de altura, sobre as pérgolas características do edifício de Jo Coenen, que abriga O Novo Instituto [*Het Nieuwe Instituut*] em Roterdã (Figura 8). Durante sua existência, tornou a cobertura do edifício acessível por meio de uma escadaria externa de 143 degraus, destacada eminentemente em rosa-choque. Foi construído em uma estrutura de andaimes com acabamentos de piso em material reciclável e serviu como um local de encontro temporário, que no mês de junho, formou o coração do Mês da Arquitetura de Roterdã de 2022. Em julho e agosto, continuou sua realização como um local para abrigar outras atividades, como concertos de jazz ou aulas de ioga com vista para a cidade, podendo ser configurado de diversas maneiras dependendo do tipo de evento que está acontecendo. Em junho, o acesso ao “coração do festival” foi gratuito.

Figuras 9; 10; 11: *The Podium*, em 2022.



Fonte: MVRDV. Disponível em: <https://www.mvrdv.com/projects/878/the-podium>. Acesso em: 12 fev, 2024.

Observa-se uma arquitetura que questiona os limites da linguagem imposta. A aproximação do chão com o teto revela a intenção projetual de uma desierarquização do território. Pois, a delimitação entre o dentro e fora e o público e privado é fragilizada por uma cobertura que acontece como uma continuidade do chão público, um encontro do chão com um novo chão. Essa continuidade, para novas cotas inventadas que se tornam públicas, é um

sinale de hospitalidade – tornar disponível aquilo que é interditado. Disponibilizar a cidade para as pessoas é um ato generoso. Essa generosidade está ligada ao ato de hospitalidade.

Se encarado à luz das lógicas utilitárias, é um excesso, pois plenamente desnecessário. Contudo, esse excesso, justamente, é uma condição para tornar-se além do que é, para ser mais – para o lúdico, para o ócio e para a generosidade. O *The Podium* abre uma possibilidade de experiência de emancipação, é um convite a estar num lugar onde normalmente não poderia estar. Todavia, trata-se de um estar desinteressado (especialmente nas horas que não sediava palestras, passeios, filmes e outras atividades focadas em arquitetura), pois não há objetivo (útil) algum em estar lá, simplesmente estar. O estar, em sua própria condição, é a realização absoluta. Não há nada a se ganhar, a não ser o prazer de estar lá – esse prazer é um dispêndio. Desse modo, dá espaço a um desejo de experiência do corpo, a um fazer sem medir – da potência negativa de um não-fazer soberano, da contemplação, como discutido por Han em *Sociedade do Cansaço* (2017), uma capacidade que o “sujeito de desempenho” perdeu. Adoecido pelo próprio ego, esse sujeito mede tudo que faz, pelo que pode alcançar, e, portanto, é incapaz de fazer qualquer coisa a esmo. Enquanto preso na lógica insidiosa da “sociedade do desempenho”, o sujeito talvez não aceitasse o convite para subir 143 degraus à toa, a não ser por uma *selfie* para postar no *Instagram*.

Esse território atuava como um suplemento, não só ao edifício sobre o qual repousa, mas à cidade. Embora a sua presença se justifique pela presença do edifício, a maneira como esse território se desdobra dá-se de forma independente. Em sua potência, ele altera a condição do edifício — contamina, como uma folie, uma microestrutura ativadora capaz de alterar profundamente dinâmicas urbanas. Assim, trabalha-se a estética da montagem relacional, discutida por Bourriaud, e foge da mecânica (máquina Corbusiana). A folie ativa sem determinar o que vai ser. Trata-se de uma lógica de um urbanismo de ativação, onde a força está em iniciar processos – ao provocar discussão sobre o uso das coberturas, sobre a possibilidade de inventar cotas, um novo chão – e não precisa determinar o fim.

A Laje do Jardin Atlantique

Em primeiro plano (Figura 13) estão as vistas do *Jardin Atlantique*, um parque público do final do século XX, inusual, situado formidavelmente sobre os trilhos da estação ferroviária de *Montparnasse*, no 14º *arrondissement* de Paris, desde 1994. Uma grande laje de concreto, projeto dos arquitetos paisagistas François Brun, Michel Péna e Christine Schnitzler-Péna, com 3,4 hectares de área construída, vence enormes restrições técnicas, sustentando-se por 12 estacas de arcos, cerca de 17 metros acima do nível da rua. O acesso se dá através de escadarias e elevadores do pavimento principal da estação e por outras entradas externas

em volta do complexo. 136 aberturas com claraboias e dutos de ventilação perfuram a laje, estrategicamente integradas na composição, como apoio ao jardim e permitindo a ventilação da estação abaixo, criando também uma relação sonora entre os dois espaços que se contrapõe, pois do jardim pode-se ouvir o jingle dos anúncios de partida dos trens e o eco dos comboios (VINCENT, 2023). Além de extensos gramados, o parque conta com uma variedade de opções recreativas e de lazer como quadras de tênis, playgrounds e decks para tomar sol ou fazer piquenique.

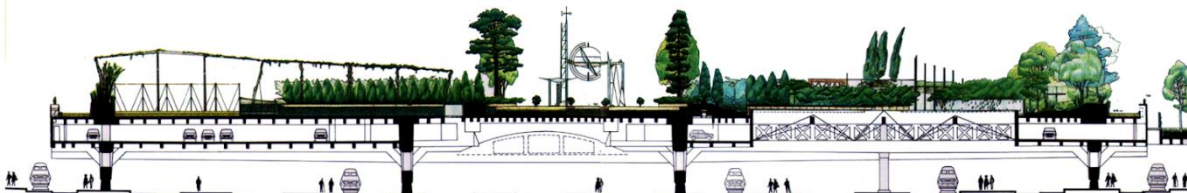
Figura 12: Projeto de 1966, sem plataforma, com arranha-céu, torre de *Montparnasse*, ao norte; Figura 13: Vista aérea do *Jardin Atlantique*.



Fonte (Figura 12): Amanda Vincent / Construindo jardins, cultivando a cidade. Fonte (Figura 13): Pená Paysages. Disponível em: <https://penapaysages.com/fra/projet/15-jardin-atlantique>. Acesso em: 17 jun, 2024.

O *Jardin Atlantique* é implantado no centro de um complexo habitacional e comercial, construído entre 1961 e 1973, como parte de um projeto de renovação da estação, que conecta Paris aos subúrbios e à costa atlântica desde o século XIX. Na figura 12, observa-se que no projeto inicial ainda não havia o jardim cobrindo os trilhos. Em *Construindo jardins, cultivando a cidade*, Amanda Vincent aponta que o projeto do complexo seguiu a ideologia modernista e funcionalista, relegando o parque que serviria os futuros moradores a áreas periféricas, acessíveis por trem ou carro (VINCENT, 2023, p. 36). Além disso, no contexto do pós-guerra, as demandas urgentes por habitação inviabilizaram a demanda por parques integrados à cidade. Embora a inserção de uma área verde no sítio já fosse motivo de discussão desde a década de 1960, o jardim se tornou realidade somente na década de 1980 (VINCENT, 2023, p. 33). Vincent analisa a evolução dos primeiros desenhos ao projeto final, destacando mudanças no planejamento urbano francês e o distanciamento do discurso moderno nos parques parisienses do final do século XX, que culminou na viabilização do *Jardin Atlantique* em 1987 após um concurso.

Figura 14: Corte do *Jardin Atlantique*.



Fonte: Anthony Miller. Disponível em: <https://www.pps.org/places/jardin-atlantique>. Acesso em: 22 mai, 2024.

Os trilhos existentes e a planta da estação abaixo limitaram a configuração da estrutura e a localização dos pilares e das aberturas (Figura 14). Além disso, a carga calculada para a extensa laje de concreto protendido limita a profundidade de terra e a variação vegetativa. De acordo com Vincent, o projeto de Brun e Péna sublima as condicionantes limitativas em um discurso poético, adotando soluções tanto em resposta às restrições técnicas quanto para criar camadas de significados no espaço através de uma abordagem semiótica (VINCENT, 2023, p. 58). Diz respeito ao nome, os arquitetos paisagistas tomaram como partido o oceano atlântico, inspirados pelas linhas de trem que levam viajantes a destinos na costa atlântica. Para ilustrar, as ondulações do gramado serviram para calibrar as cargas exercidas pelo jardim na plataforma. O simbolismo também está presente nos detalhes do projeto: canteiros modelados em curvas sinuosas como as ondas do mar (Figura 17); fileiras de árvores de origem francesa e norte americanas de cada lado do *central allée*, relacionando espécies dos lados opostos do oceano atlântico; um espaço central, chamado “*ilha das Hespérides*” (referência mítica grega), em conversa com o céu e os ventos, como um navio, com uma grande estrutura metálica (em desuso) que tinha instrumentos meteorológicos e um espelho móvel que capta os raios do sol; uma espécie de recinto denominado “sala do silêncio”; e percursos elevados em decks de madeira e detalhes metálicos imitam barcos (VINCENT, 2023, p. 63). No entanto, cabe frisar que a compreensão dos significados que resultaram no desenho não é necessária para aproveitar o espaço. Evidentemente, há uma intencionalidade no desenho do jardim e seu aspecto lúdico se dá em justaposição à racionalidade das fachadas geométricas do complexo modernista onde se implanta e à funcionalidade da estação abaixo.

Figuras 15; 16; 17: *Jardin Atlantique*.



Fonte: Anthony Miller. Disponível em: <https://www.pps.org/places/jardin-atlantique>. Acesso em: 22 mai, 2024.

Ao criar chão público sobre os trilhos, o *Jardin Atlantique* serviu para recuperar e potencializar um território fragmentado por uma lógica moderna e funcionalista, desagregado de espaços públicos, de convivialidade e compartilhamento (Figura 15). Sua força está no

gesto de transformar um espaço de infraestrutura ferroviária, utilitário e inacessível, em um espaço infraestrutural dentro da cidade que permite o divertimento. Percebe-se aqui uma combinação de tempo e de lógicas muito distintas, quase antagônicas. Em baixo, as pessoas estão em trânsito, vão para lá para não ficar, para ir para outro lugar. Em cima, está o mundo da contemplação e do lúdico, aonde as pessoas vão para ficar – um espaço de permanência e do ócio, de usufruto de um prazer desinteressado. No topo, existe uma demora desejada que não há em baixo. O desejo de se perder, de deixar-se levar, se sobrepõe à lógica da estação de trem de origem-destino. O *Jardin Atlantique* é, literalmente, uma sobreposição do negócio com o ócio.

A Laje do Centro Cultural São Paulo

O Centro Cultural São Paulo (1979), projetado por Eurico Prado Lopes e Luiz Telles, é um espaço cultural embutido em uma encosta de uma das avenidas mais movimentadas de São Paulo, entre a Avenida 23 de Maio e a Rua Vergueiro. O centro cultural, que conta com uma grande biblioteca, áreas de exposição, café e diversas outras atividades, oferece cultura, conhecimento e um espaço de convergência para um grande fluxo de pessoas, de todas as idades, interesses, origens e classes sociais, que frequentam diariamente. Estabelece-se como espaço de coletividade e ponto de encontro, onde jogadores de xadrez e dançarinos se reúnem para jogar e praticar. Uma grande laje coberta de grama se estica para fora do eixo longitudinal do edifício nas duas direções, formando duas grandes praças na cobertura, os chamados jardins suspensos (Figura 18). Essa laje trabalha uma estética do não-impor limite, pois meneia a relação do dentro e fora ao trazer um novo chão público para cima do edifício. Através do surgimento dessa nova cota, esse território recupera uma hospitalidade a partir de um fortalecimento de uma topologia de convivialidade, às *alturas*.

Figura 18: Jardim suspenso do Centro Cultural São Paulo.



Fonte: Centro Cultural São Paulo. Disponível em: <https://centrocultural.sp.gov.br/espacos/>. Acesso em: 15 jul, 2024.

O programa do Centro Cultural São Paulo é organizado nos níveis abaixo, e as demais lajes abrigam diversas atividades, cumprindo seu papel como edifício público. Essa laje, porém, é ausente de uso predestinado; é um território vazio, que nasce com a condição do

conceito derridiano “entre”, à espera de usos não programados, um vazio onde a sociabilidade não programada acontece. Ausente de destinações a priori, dá condição à manifestação do “khôra” (DERRIDA, 1993), capaz de registrar e abrigar ações criativas e eventos inesperados (GUATELLI, 2006). O jardim suspenso é o lugar do nada, e, portanto, o lugar de qualquer coisa. Constitui-se como um território que pode abrigar diversos usos e atividades que ocorrem espontaneamente; um território de respiro, dos encontros, da conversa, da troca, de um olhar demorado, capaz de criar outros arranjos mais complexos, talvez outros modos de existência minoritários.

Essa laje revela, assim, a importância dos espaços não preenchidos, como suporte da vida pública. A cobertura é uma infraestrutura de praça como suporte ao programa do centro cultural e, principalmente, à vida pública e coletiva: um território de uma hospitalidade que “aproxima o eu desinteressado e leva ao outro, através de seu desejo de ser-com” (DERRIDA apud BARRETO; RIBEIRO, 2018, p.223), consoante a uma intenção projetual de criar uma espécie de recinto, de acolhimento, no contexto pós-ditadura em que o projeto foi concebido. Dessa forma, trata-se de um lugar significado visando o convívio coletivo e uma sociabilidade a partir de uma interação desinteressada, sem objeto de mediação. Ou seja, a fricção não é pelo objeto ou pelo consumo, é pelo prazer de estar e de conversar. A carência pelo espaço público e a comunidade, como é discutido por Richard Sennett e Stavros Stavrides, refere-se a esse tipo de coletividade de compartilhamento, não de uma simples partilha, onde o próprio lugar, em seu desenho – ou, ausência de desenho – cria sinergia; onde há uma predisposição para a troca, um desejo de compartilhamento. Por fim, é um território que não foi programado para ser útil, mas que assim, torna-se essencial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das tendências de uma acelerada introversão, virtualização e privatização do mundo e de um isolamento e auto-enclausuramento em lugares intra-muros, bolhas imunitárias, enfrentamos um progressivo enfraquecimento da dimensão pública do chão da cidade, uma corrosão do espaço público, marcada por um chão público que não cumpre seu dever de uma hospitalidade. Ao reconhecer essas tendências em curso, os fluxos, entende-se a importância de, ao contrário, nadar contra as tendências, no contrafluxo de uma interiorização total do mundo, um necessário fortalecimento da dimensão pública e coletiva, real e física, – para usar uma expressão de Stavros Stavrides – uma “comunalização”. Portanto, é inegável a importância dessas arquiteturas que promovem essa generosidade cotidiana, a coletivização, a convivialidade e o compartilhamento, a partir da acessibilidade, comunalização e, por vezes, publicização de lugares que usualmente não seriam compartilhados ou que seriam interditados.

Ao fim das análises, percebeu-se certas matizes nesses processos de ocupação. Primeiro, que o que se vê como projeto na Holanda, ocorre como uma manifestação espontânea nas lajes das periferias das grandes cidades brasileiras. Assim, a partir de uma leitura de como se dão esses processos de coletivização nas lajes das periferias, surge a seguinte questão: o que a arquitetura informal, espontânea, tem a ensinar à arquitetura formal, institucionalizada? Elas deixam como lição “a potência de arquiteturas ancoradas no porvir”, continuamente reinventadas por iniciativas espontâneas fruto de arranjos e negociações (MEDEIROS; NAME, 2018, p. 165). Em última análise, percebe-se uma diferença na qualidade dos processos de coletivização dessas lajes, pois por um lado, as lajes de unidades unifamiliares das periferias são coberturas de espaços privados que se transmutam em espaços coletivos, ou seja, são heterotopias, e por outro, o uso público da laje de um edifício que já é público não implica nenhum processo de recodificação. Essa última, serve para revelar a importância de deixar espaços de intervelação, do “entre”, espaços que, ausente de destinações à priori, deixam com que as coisas aconteçam, apostam na caosmose, para que haja uma convivialidade e uma hospitalidade como suporte ao chão público.

4. REFERÊNCIAS

- BARRETO, E. F. RIBEIRO, H. J. Camus: um convite a falar da hostilidade. *Revista Língua & Literatura*, v. 15, n. 24, p. 223 - 236, 2013.
- DERRIDA, Jacques. *Khôra*. Paris, Éditions Galilée, 1993.
- FOUCAULT, M. *De outros espaços: O corpo utópico, As Heterotopias*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- GUATELLI, Igor. A marquise do Parque Ibirapuera e manifestação do conceito derridiano “entre”: arquitetura como suporte de ações. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 070.05, Vitruvius, 2006.
- HAN, B. C. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- HAN, B. C. *A expulsão do outro: Sociedade, percepção e comunicação hoje*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.
- MAAS, W. et al. *Rooftop Catalogue = Dakencatalogus*. Roterdã, Holanda: Rotterdamse Dakendagen, 2021.
- MACIEL, Carlos Alberto. *Villa Savoye: arquitetura e manifesto*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 024.07, Vitruvius, 2002.
- MEDEIROS, B. F.; NAME, L. Epistemologia da laje. São Paulo: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 31, n. 1, 2018.



SENNETT, R. O declínio do homem público: As tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2022.

STAVRIDES, S. Espaço Comum: A Cidade como Obra Colectiva. (*Common Space: The City as Commons*) Londres: Zed Books Ltd, 2016.

VINCENT, A. S. Construindo jardins, cultivando a cidade: Novos Parques de Paris, 1977 - 1995. (*Constructing Gardens, Cultivating the City: Paris's New Parks, 1977-1995*) Filadélfia, Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2023.

Contatos: antonia.protasio@mackenzista.com.br e igor.guatelli@mackenzie.br